

Dívida pública em títulos quadruplicou do Real até agora e já chega a 254 bi

Economista da FGV diz que descontrole de gastos públicos começou em 1995

Editoria de Arte

Flávia Oliveira

• A dívida do Governo em títulos quadruplicou nos três anos e meio do Plano Real. De julho de 1994 a dezembro do ano passado, a chamada dívida mobiliária federal saltou de R\$ 59,5 bilhões para cerca de R\$ 254,5 bilhões, segundo dados do próprio Banco Central. Somente no segundo semestre de 1997, houve um avanço de quase R\$ 60 bilhões. E o aumento das taxas de juros — promovido no fim de outubro, em consequência da crise asiática — deve fazê-la crescer outros R\$ 60 bilhões este ano, segundo o economista Lauro Vieira de Faria, da Fundação Getúlio Vargas.

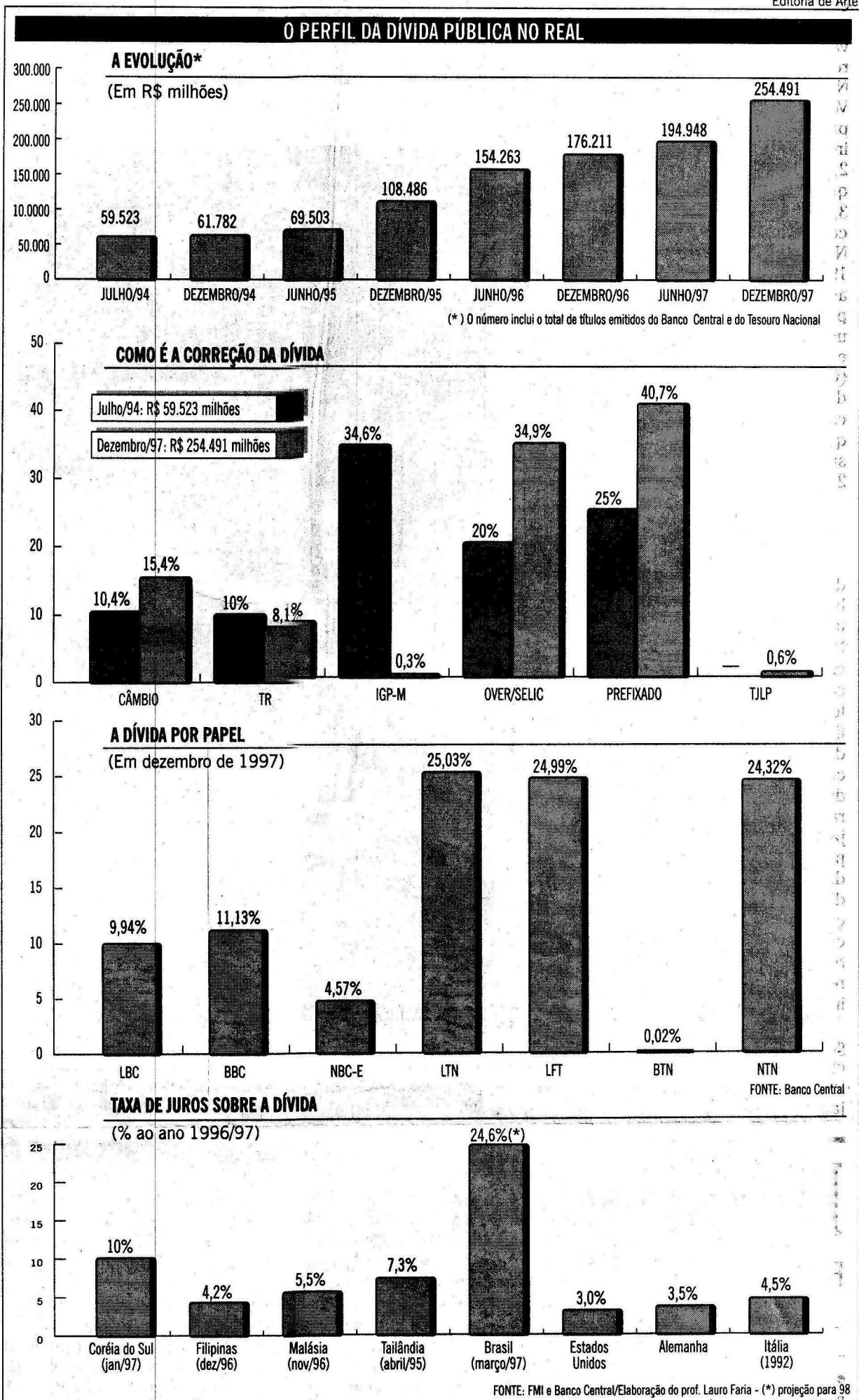
O economista é autor de um estudo — a ser publicado na próxima edição da revista "Conjuntura Econômica" — em que alerta para o risco de "iliquidez e insolvência" de famílias, empresas e do próprio Governo brasileiro diante do impacto do aumento dos juros sobre a dívida interna. Numa estimativa que considera otimista, Lauro Faria calcula que a taxa de juro real (descontada a inflação) do Brasil será de 24,6% em 1998. Isso, salienta, se a inflação não ultrapassar 3,5% no ano e a Taxa Básica do Banco Central (TBC) chegar a dezembro em 1,6% ao mês — patamar muito próximo de antes da crise.

Economista alerta para a rota explosiva da dívida

— Os juros altos fazem a dívida pública crescer quase exponencialmente. É preciso baixar os juros, recolocar a economia na rota do crescimento e manter os gastos públicos estáveis — recomenda o economista. — Dessa forma, os ganhos de arrecadação serão suficientes para anular o déficit público e, aos poucos, o endividamento será reduzido.

"Qual a situação em que existe maior risco de iliquidez ou insolvência? O país ter uma dívida de 170% do PIB, remunerada a taxas de juros de 5,5% ao ano e com prazo médio de pagamento de três anos, caso da Itália? Ou ter um endividamento equivalente a 55% do PIB (setor público e privado), pagando 25% ao ano de juro real e com prazo média de um ano ou menos, caso aproximado do Brasil?", indaga o professor em seu estudo para, em seguida, relacionando juros, prazo e endividamento, concluir que o Brasil está muito mais próximo das economias asiáticas do que dos países desenvolvidos.

A espiral que resultou no crescimento recorde da dívida interna, segundo o economista, começou com a recomposição salarial no setor público e com o aumento de 42,85% no salário-mínimo,



ambos em 1995. Naquele ano — exatamente como agora — o Brasil foi obrigado a elevar os juros, em consequência da crise mexicana. Foi o bastante para que o superávit operacional (receita menos despesas, somada aos juros pagos) — de 1,32% do PIB em dezembro de 1994 — virasse um déficit de 4,79% um ano depois.

— Desde então, a dívida pública vem numa rota explosiva — alerta o economista.

No estudo, Faria compara o peso das dívidas pública e privada sobre o PIB brasileiro e de outros países, como EUA, Alemanha, Itália, Coréia do Sul, Filipinas, Malásia e Tailândia. No Brasil, o endividamento interno representa

54,7% do PIB — o menor índice entre todos os pesquisados. Mas quando o volume da dívida é comparado aos juros e aos prazos, o país apresenta um nível de risco próximo dos países asiáticos. Para se ter uma idéia, a pontuação brasileira é de 11,8 contra 13,1 da Coréia, 10,9 da Tailândia e 4,9 dos EUA. A Itália é 4,6. ■